

POLÍTICA EXTERNA

GOVERNO FHC

Participação brasileira na ALCA e na OMC
1995-2002

“O mesmo sistema que nos impõe um revés funciona, no longo prazo, a nosso favor” (FHC)

PEB 2

- 1964-1985 – Regime militar
- 1985-1994 – Redemocratização na instabilidade
- 1995-2002 – FHC
- 2003-2010 – Lula
- 2011-2016 – Dilma
- 2016-2018 – Temer
- 2019 – Bolsonaro
- 2023 – Lula



Ministros

1995-2001 Luiz Felipe Lampreia



2001-2003 Celso Lafer



Autonomia pela participação

- Guerra Fria: agenda reativa, autonomia pela distância
- Pós-Guerra Fria: “contribuição afirmativa, engajada, para a estabilidade e a paz” (Lampreia)
- Mesmo objetivo: garantir desenvolvimento econômico
- Participação construtiva e propositiva no que tange aos assuntos da nova agenda internacional: meio ambiente, direitos humanos, não proliferação nuclear, integração regional na América do Sul, respeito à democracia
- Diplomacia caracterizada pela moderação construtiva, confiança no diálogo e concerto

Autonomia pela participação

- Instituições internacionais x poder regional
 - *Global trader* como objetivo
 - “Dois degraus da piscina”
 - Ir além do mercado interno ampliado
- Convergência x isolamento (“convergência crítica”)
- Valores universais + identidade nacional
- Entendimento x conflito
- Ruptura com universalismo? Reconhecimento da unipolaridade

Características

- Participação ativa na elaboração das normas e da agenda internacional
 - “Regimes são instituições com regras específicas, acordadas pelos governos, que pertencem a um conjunto determinado de assuntos no âmbito das relações internacionais”. Robert Keohane, 1989
- Diplomacia presidencial
- Ênfase das relações internacionais na agenda interna
- Preponderância dos Estados Unidos
- Negociações Mercosul – União Europeia
- Multilateralismo: OMC



Economia como prioridade

- Credibilidade externa fundada na estabilidade interna
- Plano real
 - Controle da inflação: privatizações, corte de despesas públicas, aumento dos juros, câmbio praticamente fixo e abertura econômica
- Retrocesso nas relações com a África
- 1996: CPLP
- Baixo poder relativo, liderança discreta, conformismo, voluntarismo, idealismo, “aceitar o mundo como ele é”?
- 2002, Celso Lafer nos EUA

Ásia em ascensão

Objetivos brasileiros:

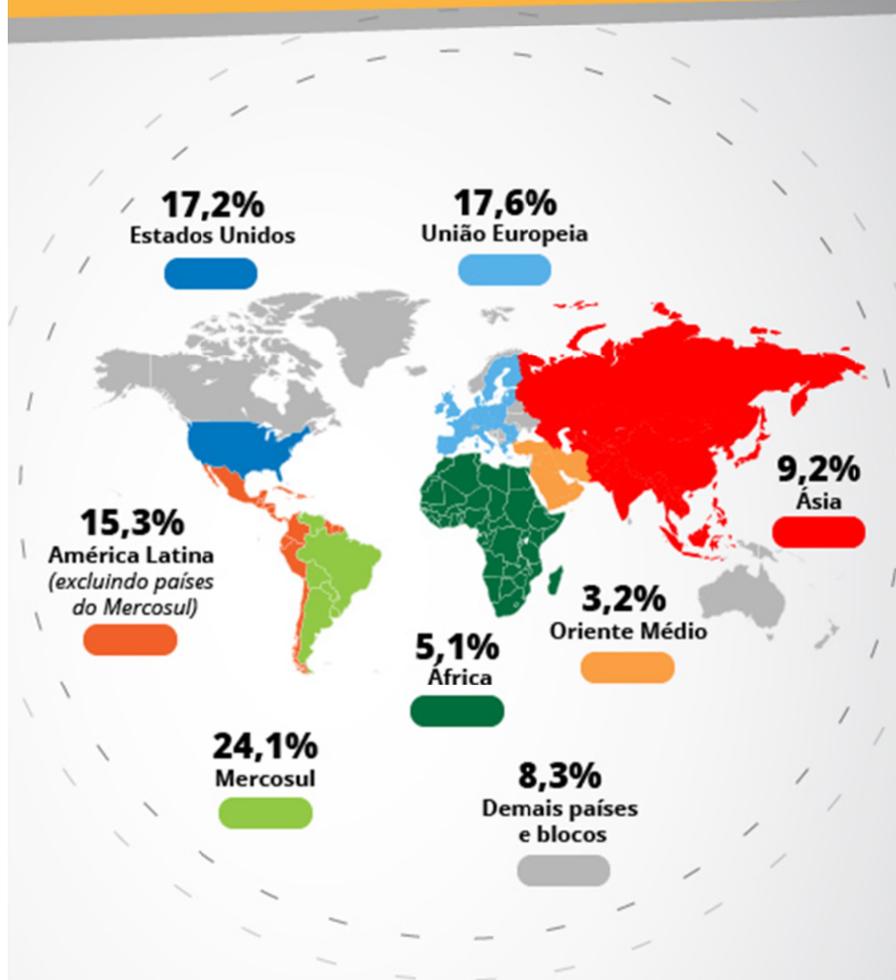
- Aumentar margem de manobra frente a demais parceiros
- Atrair investimentos e tecnologia de ponta
- Inserção de produtos brasileiros em novos mercados
- Efeitos desenvolvimentistas, indústria competitiva
- Similaridades com países em desenvolvimento, aumentando poder de barganha multilateral
 - China: cooperação espacial e comércio
 - Rússia: apoio à cadeira permanente no CS

Dificuldades: desconhecimento e caráter euroamericano da sociedade

Mercosul

- “Mercosul é aposta frustrada”
Luiz Felipe Lampreia, 2004 (1995-2001)
- Chile e Bolívia como Estados associados, 1996
- Acordo-quadro com UE (1995) e CAN (1998)
- Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, 2000
 - Transporte, energia e comunicações
- Declaração Sócio-laboral, 1998, 2015
- Protocolo de Ushuaia, 1998
 - Paraguai, 1996: General Oviedo x presidente Wasmosy

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS EM 2014



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O Estado de S.Paulo

20 Julho 2017

Argentina é o principal destino das exportações do Brasil

Vendas de produtos manufaturados para os argentinos superaram os negócios com os Estados Unidos depois de três anos

Após ficar atrás dos Estados Unidos nos últimos três anos, a Argentina voltou a ser o principal destino das exportações de produtos manufaturados brasileiros e tem sido a responsável pela recuperação de uma categoria que responde por um terço das vendas do Brasil ao exterior.

GATT - 1948

Ano	Rodada	Questões temáticas principais	Comércio afetado	Número de países
1947	Genebra I	Tarifas	10 bilhões	23
1949	Annecy	Tarifas	-----	13
1951	Torquay	Tarifas	-----	38
1956	Genebra II	Tarifas	2,5 bilhões	26
1960 -1961	Dillon	Tarifas	4,9 bilhões	26
1964 -1967	Kenedy	Tarifas e medidas antidumping.	40 bilhões	62
1973 -1979	Tóquio	Tarifas e barreiras não-tarifárias.	155 bilhões	102
1986 -1994	Uruguai	Tarifas, barreiras não-tarifárias, produção agrícola, serviços, propriedade intelectual e têxteis.	3,7 trilhões	123

OMC - 1994

- OMC: Conferência Ministerial e Conselho Geral
- Conselhos setoriais e grupos de trabalho sobre mercadorias, serviços, propriedade intelectual, meio-ambiente, desenvolvimento, políticas comerciais nacionais
- Solução de Controvérsias

Princípios: nação mais favorecida e tratamento nacional

- 2001 - Rodada Doha
- 164 membros + UE
- 2013 - 2020 Roberto Azevedo

Economia política do agronegócio

- Batalhas do açúcar e algodão na OMC

“Por meio de uma bem alicerçada aliança entre associações empresariais e setores do governo brasileiro, como os ministérios das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Agricultura e Fazenda, o país conseguiu impor derrotas importantes aos governos e produtores dos Estados Unidos (algodão) e da União Europeia (açúcar). Esta aliança relaciona-se com a formação, em curso, de uma nova institucionalidade das relações entre Estado e empresariado, bem como ao projeto político do atual governo em relação à inserção do país na economia mundial e, ainda, à crescente profissionalização do *lobby* do setor do agronegócio, cada vez mais voltado à atuação internacional.” (Iglesias, p. 86)

O caso do algodão

- Algodão entre os 10 principais produtos de exportação do Brasil
- Rodada Uruguai GATT restringe pela primeira vez subsídios agrícolas
- 2002, Discussões internas e consultas informais com EUA
- 2003, Brasil solicita instalação de painel e este é instalado
- 2004, Decisão preliminar favorável ao Brasil
- 2004, EUA apela da decisão e Brasil apresenta tréplica
- 2005, Órgão de Apelação nega pedido dos EUA e estabelece steps one e two para corte de subsídios para 2005. EUA não cumpre e Brasil solicita sanções comerciais. Acordo firmado entre dois países estabelecia fim dos subsídios para 2006

O caso do algodão

- 2008, Nova Farm Bill não está em conformidade com a decisão e Brasil solicita retomada da arbitragem e autorização para aplicar retaliações
- 2009, OMC autoriza retaliações em bens e patentes, em cerca de 900 milhões, inferior aos 2,5 bi pleiteados pelo Brasil. Segunda maior retaliação da história da OMC. Consulta pública para definição de mercadorias retaliadas. Lista divulgada em 2010: autorização para aumentar tarifa de importação sobre produtos agrícolas e industrializados, suspensão de direitos de propriedade intelectual – patentes e direitos autorais
- 2010, Acordo suspende retaliação, repasses anuais ao Instituto Brasileiro do Algodão
- 2013, Suspensão dos repasses e ameaça de novo painel
- 2014, Acordo de 300 milhões para cotonicultura até nova Farm Bill em 2018, que reintroduz subsídios

Manobra de Trump derruba escudo usado pelo Brasil contra protecionismo

- Ao longo dos últimos dois anos, o que os americanos fizeram foi impedir a nomeação de novos juízes para o Órgão de Apelação, uma espécie de tribunal superior do comércio mundial. Casos que estão em primeira instância continuarão a ser tratados. Mas governos que queiram recorrer da decisão não terão como acionar o tribunal. Sem uma instância de recurso, um sistema jurídico fica duramente ameaçado.

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/12/10/manobra-de-trump-derruba-escudo-usado-pelo-brasil-contra-protecionismo.htm>

ALCA

- 1991 - Iniciativa para as Américas
 - Identidade hemisférica: economia de mercado e liberdade política
- 1994 - Declaração de princípios e Plano de Ação
- 1994-1998 - Fase preparatória
- 1998-2005 - Fase de negociações
- Estratégia do governo FHC:
 - Negociação de posições em bloco
 - *Single undertaking*
 - Postergar negociações e prazos para liberalização
 - Simultaneidade ALCA e UE

Grupos de trabalho

- Acesso a Mercados
- Procedimentos Aduaneiros e Regras de Origem
- Investimento
- Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio
- Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
- Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios
- Economias Menores
- Compras Governamentais
- Direitos da Propriedade Intelectual
- Serviços
- Política de Concorrência
- Solução de Controvérsias

Cúpulas

- Miami 1994
- Santiago 1998
- Quebec 2001
- Monterrey 2004
- Mar del Plata 2005



Razões da ALCA

Interesses dos EUA

1. militares: monitorar ameaças militares vindas da AL e evitar que potências inimigas ganhem influência na região
2. econômicos: promover desenvolvimento econômico da AL congruente com interesses norte-americanos e manter mercados latino-americanos abertos a capitais e mercadorias dos EUA
3. políticos: estimular regimes democráticos pois esses são mais propícios à economia de mercado e tem menos chances de ameaçar seus vizinhos

[...] only closer economic integration between NAFTA and the rest of Latin America will guarantee that the region does not slip back into the kinds of corporatist and neo-socialist policies that have been so disastrous in the past and will be again in the future” (Albert Coll p. 56-57).

Crise financeira 1997-2002

- Raúl Alfonsín, UCR, 1983-1989
- Carlos Menem, Peronismo, 1989-1999
- Fernando de la Rúa, UCR e FREPASO, 1999-2001
- Sudeste asiático 1997, Rússia 1998
- Desvalorização do real, 1999
- Paridade dólar-peso, diminuição do PIB, aumento de impostos, recessão, desemprego, corralito, moratória
- Senado: Ramón Puerta, Províncias: Rodríguez Súa, Câmara: Eduardo Camaño (20/12/2001-02/01/2002)
- Senador Eduardo Duhalde (2002-2003)

Relance da integração

- Setor de Assistência Técnica da Secretaria do Mercosul, 2002
 - Seleção de especialistas: comunidade epistêmica
 - Desafio às rotinas diplomáticas
 - Relatório semestral público
- Protocolo de Olivos, 2002
- Medidas de estímulo ao comércio, 2000

Decisão CMC 22/2000

Art. 1 - Os Estados Partes não adotarão nenhuma medida restritiva ao comércio recíproco, qualquer seja sua natureza, sem prejuízo do previsto no art. 2 b) do Anexo I do Tratado de Assunção.

Art. 2 - Cada Estado Parte completará, até 30 de julho de 2000, uma lista que identifique situações ou medidas de caráter tributário, financeiro, fiscal, aduaneiro, administrativo ou de outra natureza, aplicadas pelos outros Estados Partes que limitem o atual acesso aos mercados.

Art. 3 - O GMC definirá, até 15 de novembro de 2000, os cursos de ação tendentes a eliminar as dificuldades geradas no comércio intrazona ou para eliminar as medidas restritivas ao comércio não justificadas pelo art. 50 do TM de 1980.

Decisão CMC 27/2000

Art. 1.- Encomendar ao Grupo Mercado Comum que instrua a Comissão de Comércio do MERCOSUL para que elabore até 15 de dezembro de 2000 uma proposta relativa a um regime comum para bens de capital não produzidos nos Estados Partes do MERCOSUL.

Art. 2.- Os Estados Partes que considerarem conveniente a revisão de algum aspecto da TEC, incluindo aqueles referidos a bens de capital produzidos na região, apresentarão suas análises e propostas ao GMC até 30 de setembro de 2000.

Art. 3.- A Comissão de Comércio do MERCOSUL deverá iniciar o tratamento da temática da dupla cobrança da TEC e da distribuição da parte correspondente da renda aduaneira, e apresentará seus trabalhos preliminares ao Grupo Mercado Comum até 31 de dezembro de 2000.

As esquerdas no poder

- 1998, Hugo Chávez, Venezuela (Maduro)
- 2000, Ricardo Lagos, Chile (Bachelet)
- 2002, Kirchner, Argentina (Cristina)
- 2003, Lula, Brasil (Dilma)
- 2004, Tabaré Vazquez, Uruguai (Mujica)
- 2005, Evo Morales, Bolívia
- 2007, Rafael Correa, Equador (Lenin Moreno)
- 2008, Fernando Lugo, Paraguai (golpe 2012)

- 2011, Ollanta Humala, Peru
- 2014, Michelle Bachelet, Chile
- 2018, Gustavo Petro, Colombia – não (2022)
- 2018, Andrés Lopez Obrador, Mexico

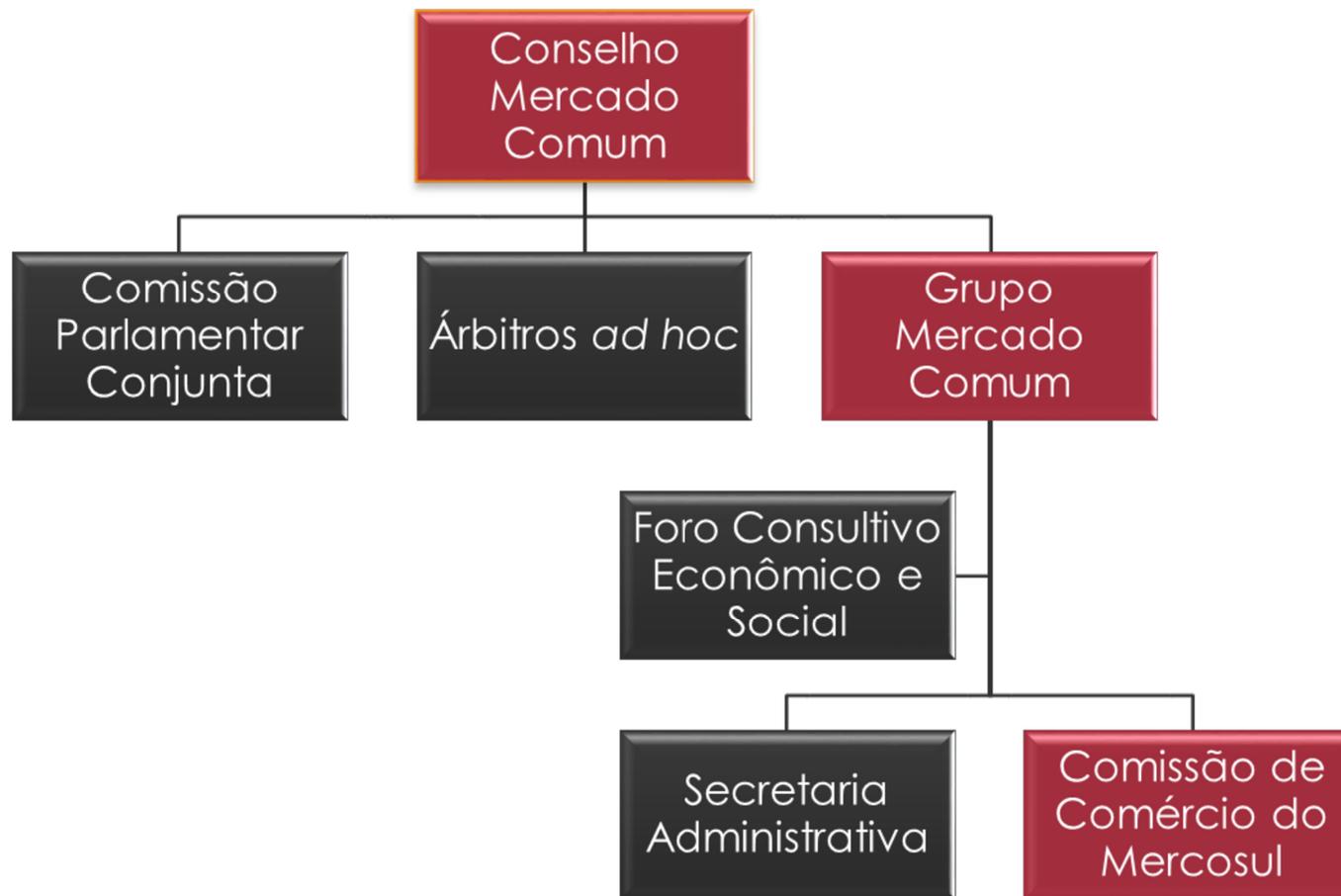
Programa de governo 2002

- Política externa para integração regional, p. 6

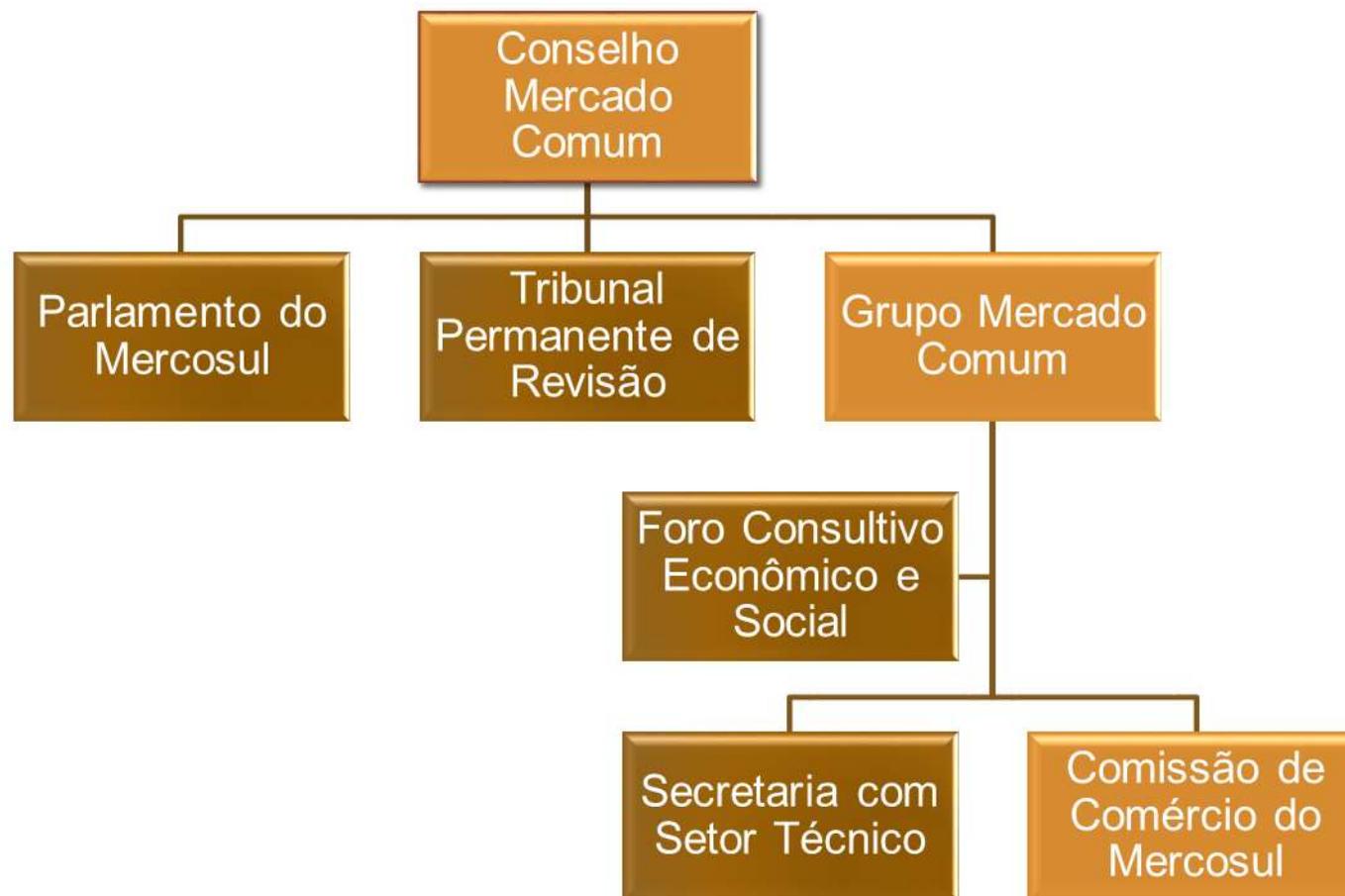
“Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um **pacto regional de integração, especialmente na América do Sul**. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina.”

“[...] É necessário revigorar o Mercosul. [...] Para tanto, é fundamental que o bloco construa **instituições políticas e jurídicas** e desenvolva uma política externa comum.”

Estrutura institucional



Reforma institucional no Mercosul



ENTES
MAYO

DE JULIO
ACTO EN
CORDOBA

ASOCIACION MADRES DE PLAZA DE MAYO

**LA INTEGRACION
LATINOAMERICANA**

**ES NUESTRA
BANDERA**

**CONTRA EL
IMPERIALISMO**

BIENVENIDOS PRESIDENTES

ASOCIACION MADRES DE PLAZA DE MAYO



21
DE JULIO
ACTO EN
CORDOBA

Imprenta de las Madres 4381-7547

Imprenta de las Madres 4381-7547

Celso Amorim sobre a ALCA, 2003

“Se você negociar, negociar, negociar, chega no fim, você assina. Até porque aí você vai ter muito a perder, sempre haverá setores que ganharam alguma coisa que não deixarão você retroceder. E também porque como você vai conseguir ficar de fora de um acordo em que 34 países são membros, inclusive seus sócios do Mercosul, etc? Então, se você quer ter alguma influência na negociação, [...] você tem que, desde o início, marcar a sua opinião e não esperar para o final.”

FOCEM

Fundo para convergência estrutural e fortalecimento institucional do Mercosul

Decisão CMC 18/2005

I. Programa de Convergência Estrutural

II. Programa de Desenvolvimento da Competitividade

III. Programa de Coesão Social

IV. Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração

Argentina: 27% - 10%

Brasil: 70% - 10%

Paraguai: 1% - 48%

Uruguai: 2% - 32%



Parlamento do Mercosul

- Sufrágio universal
 - PL 5279/2009 e PLS 126/2011
- Composição proporcional
 - 75, 43, 18, 18, 31 - 37, 26, 18, 18
- Grupos políticos transnacionais
 - Bancada progressista
 - Bancada conservadora ou social-democrata
- Procedimento preferencial

Programa de governo 2005

- Inserção soberana no mundo, p. 14

O Brasil privilegiará o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.

Autonomia pela diversificação

- Contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo;
- Fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais;
- Adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural;
- Evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento;
- Diversificação de parcerias mas também intervenção em interesses não-imediatos.

Estratégias

- aprofundamento do regionalismo sul-americano;
- intensificação das relações entre países emergentes;
- ação de destaque na Rodada Doha e na OMC;
- manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos;
- retomada e estreitamento das relações com os países africanos;
- campanha pela reforma do CS-ONU;
- defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações.

Coalizões

“Coalitions” are groups that are formed with bargaining and collective negotiation purposes. It refers to any group of decision-makers that participates in a negotiation and which agrees to act in coordinated fashion toward consensus.

- G20, 1999 – maiores economias
- G8 + 5, 2003 – maiores economias
- G4, 2005 – Alemanha, Japão, Índia e Brasil
- G20 agrícola, 2003 – OMC
- BRICS, 2001 - Ministros 2006, Cúpula 2009, Fórum 2011
- IBAS, 2003
- UNASUL, 2008
- CELAC, 2010

IBAS, 2003

- **Parceria estratégica:**
 - Compromisso com instituições e valores democráticos
 - Luta contra pobreza e políticas desenvolvimentistas
 - Instituições e procedimentos multilaterais devem ser reforçados em contextos de instabilidade política, econômica e social
- **Coordenação política, cooperação setorial e fundo para luta contra pobreza e fome**
- **Combinação de multilateralismo e terceiro-mundismo**
- **Ação coordenada, posições divergentes**
 - Abertura comercial agrícola, política de defesa

Quadro doméstico

- Prioridades político-sociais e econômicas
- Manutenção da agenda macroeconômica: governabilidade, disciplina fiscal, desregulamentação e abertura comercial
- Programas Fome Zero e Bolsa Família
- Educação: PROUNI e REUNI
- Agenda ambiental x energética
- Crise do Mensalão
- Contexto internacional de fortalecimento das potências médias, migrações e crise econômica no final do governo

Cooperação sul-sul

The term South–South cooperation has been broadly used to refer to practices such as coalitions aimed at enhancing the bargaining power of developing countries in multilateral negotiations (Lechini, 2009; Ayllón, 2011), trade and investments (Bobiash, 1992; UNDP, 2011), technological and scientific cooperation (Ohiorhenua & Rath, 2000; Lechini, 2009), regional integration (UNDP, 2011; Ayllón, Ojeda, & Surasky, 2014) and South–South aid (Bobiash, 1992) or South–South development cooperation. The latter is understood as an intersection between international development cooperation and South–South cooperation, encompassing flows of technical cooperation, financial or in-kind donations and concessional loans among developing countries aimed at tackling primary development problems (Leite, 2015)

Brazil's provision of development cooperation also started to be measured and classified in different modalities: technical, scientific and technological, educational, humanitarian and financial contributions to multilateral organisations (IPEA, ABC, 2010).

Princípios

Cooperação sul-sul, ajuda externa, cooperação para o desenvolvimento

Pino, 2009:

- noninterference in domestic affairs;
- greater sensitivity to specific contexts;
- equality among partner countries, including respect for their independence and national sovereignty;
- promotion of self-sufficiency;
- diversification of ideals, approaches and methods for cooperation;
- no explicit conditionalities;
- preference for using local resources that generate broader elements of ownership;
- greater flexibility, simplicity and speed of execution;
- “unrelated” character, not involving the purchase of goods and services from the offering country;
- adaptation to domestic priorities;
- preservation of diversity and cultural identity;
- lower cost and greater impact.

Características

Leite, 2012:

- direct, solidarity-based exchanges between partner countries or indirect exchanges in which participating countries seek recognition from third parties;
- reciprocity without an expectation of economic exchange—the nature of the reward is not defined or bargained in advance;
- pursuit of symmetry in the benefits achieved, which encourages the performance of the parties engaged in cooperation initiatives; and
- multiplicity of intrastate actors and a consequent plurality of objectives, with the executive branch of the requested country playing a special role in the expansion of cooperation initiatives.